



I Congresso
sobre a
Diocese do Porto
Tempos e Lugares
de Memória

5 a 8 de Dezembro de 1998

Homenagem a
D. Domingos de Pinho Brandão

ACTAS
VOLUME I

I Congresso
sobre a
Diocese do Porto

**Tempos e Lugares
de Memória**

**Homenagem a
D. Domingos de Pinho Brandão**

ACTAS
VOLUME I

PORTO/AROUCA, 2002

Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão
Universidade Católica – Centro Regional do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto –
Departamento de Ciências e Técnicas do Património

FICHA TÉCNICA

<i>Título</i>	I Congresso sobre a Diocese do Porto Tempos e Lugares de Memória Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão
<i>Edição</i>	Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão Universidade Católica – Centro Regional do Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património
<i>Apoios</i>	Fundação Eng. António de Almeida Câmara Municipal de Arouca Câmara Municipal do Porto Governo Civil do Porto Governo Civil de Aveiro Universidade do Porto Diocese do Porto Bombeiros Voluntários de Arouca
<i>Composição, impressão e acabamentos</i>	A.C. Litografia – Braga Tels. 253 272 967 • 253 616 540 Fax 253 612 008 E-mail: aclitografia@mail.telepac.pt
<i>Tiragem</i>	1000 exemplares
<i>ISBN</i>	972-8157-10-X
<i>Depósito Legal</i>	182647/02

JAIME CORTESÃO E A CIDADE DO PORTO

José Acácio Castro

Quando olhamos retrospectivamente o percurso intelectual de Jaime Cortesão somos surpreendidos com uma constatação: tudo começa no Porto e parece não poder terminar sem o Porto.

Nascido, Ançã, em Coimbra em 29 de Abril de 1884, cidade onde fez os estudos secundários, e após um breve período de indecisão em que ainda frequentou a Universidade no curso de Direito, em 1906, rumo em direcção ao Porto para frequentar a Escola Médica.

O perfil profundamente humanista de Jaime Cortesão bem como o seu temperamento romântico parecem ter ditado esta opção. Um curso de Medicina proporcionar-lhe-ia um contacto com o seu semelhante na situação em que a existência se manifesta mais frágil e precária.

Por outro lado, o Porto de inícios do século fervilhava de uma inquietação cultural invulgar, na qual se destacavam uma fecunda geração da Escola de Belas Artes, as figuras tutelares de Guerra Junqueiro e, sobretudo, Sampaio Bruno, bem como os jovens Álvaro Pinto, Leonardo Coimbra e Teixeira de Pascoaes, que então começavam a despontar no mundo das letras portuenses.

Um Porto rico nas suas recentes tradições românticas, orgulhoso de um perfil liberal muito vincado, e onde já se distinguiu uma mão cheia de intelectuais idealistas e empreendedores, terá atraído fortemente Jaime Cortesão, algo desiludido com o academismo decadente de que a universidade coimbrã dava mostras.

Ainda em 1907, funda a revista Nova Silva, de inspiração anarquista, de parceria com Álvaro Pinto e Leonardo Coimbra. Aí, Cortesão, ora desenhando ora escrevendo divulgava e repensava autores como Antero, Gomes Leal, Victor Hugo, Camilo, Saint-Simon, Tolstoi ou Proudhon, num clima ideológico quase sempre de exaltação do indivíduo e da liberdade individual, face ao Estado ou a qualquer forma de colectivismo.

É essa mesma independência de espírito e culto pela liberdade que o fará intervir activamente na greve académica de 1907, solidarizando-se com a greve

coimbrã, enquanto representante da Academia Portuense, e publicando dois artigos na "Nova Silva" sobre a "Academia do Porto".

Seguindo os passos de Antero, Guerra Junqueiro e Sampaio Bruno, também ele se tornará um paladino dos ideais republicanos e, no Porto, toma uma parte activa na vida política, juntamente com outros intelectuais entre os quais Cristiano de Carvalho, Alexandre Braga e Leonardo Coimbra, particularmente no Comício da Propaganda Republicana em Agosto de 1909, em plena ditadura de João Franco.

Embora se mantivesse relativamente independente do Partido Republicano, chegaria a ser preso nas vésperas da revolução de 1910, situação que aliás se viria a repetir, de forma bem mais drástica no período do Estado Novo.

Entretanto, em 1909, desiludido com um certo amorfismo da Academia Portuense abandona a Escola Médico-Cirúrgica do Porto e matricula-se na Escola de Medicina de Lisboa, onde terminaria o curso, em 1910, com uma tese sobre a "Arte e a Medicina". A abordagem do pensamento de Antero de Quental e de Sousa Martins que serviu de motivo de fundo ao trabalho, revelava bem a abrangência dos seus interesses.

Mas os grandes frutos da sua permanência na cidade do Porto estavam para surgir. Em Dezembro de 1910, é publicado no Porto o primeiro número de "A Águia". Cortesão está presente desde o início, inspirando directamente o título a partir do seu poema "A morte da Águia", e publicando, nos primeiros números, artigos de crítica social e política.

Assim, ao lado de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto, António Carneiro, António Sérgio, Raul Proença, entre outros, estará na primeira linha do Movimento da *Renascença Portuguesa*, que, embora fosse animado por intelectuais de Norte a Sul, tinha a sua sede no Porto, na redacção de "A Águia".

Paralelamente às actividades editoriais, em 1912, o Movimento da Renascença, animado de ideais democráticos, por vezes oscilando para um revolucionarismo republicano, e um forte espírito de independência face ao poder central, cria a Universidade Popular do Porto, destinada principalmente a operários, e à qual se seguiria nesse mesmo ano a de Coimbra e, um ano depois, a de Vila Real. Também aí Cortesão esteve presente leccionando um curso de História de Portugal, domínio em que curiosamente a sua figura intelectual se viria a universalizar.

O Movimento da Renascença foi já largamente estudado, nas sua orientação filosóficas, doutrinárias, espirituais, e nos diferentes matizes que intelectuais de perfis tão diversos lhe emprestavam. Essa quase total ausência de orientação doutrinária, sinónimo de uma total liberdade intelectual, valor tão caro a Cortesão,

seria a sua grande virtude pelo menos no período inicial, mas também forte motivo para uma posterior cisão em tendências. Como mais tarde afirmaria Cortesão: “A Renascença Portuguesa, alheia, é certo, a todas as facções políticas, religiosas, e filosóficas, incubava, não obstante, em si, o germen das divisões futuras”¹.

Em 1911, o Movimento da Renascença divide-se geograficamente entre um grupo do Norte constituído por Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Álvaro Pinto, Augusto Casimiro e Augusto Martins, e um grupo de intelectuais de Lisboa constituído por Raul Proença, António Sérgio, Câmara Reys, Joaquim Manso, Mário Beirão e Veiga Simões. Cortesão assumiu, desde o início, uma posição de ligação, algo conciliatória, devendo-se-lhe mesmo o contacto inicial do grupo portuense com António Sérgio.

No entanto, já em 1912, o racionalismo algo positivista de Sérgio e o saudosismo lusitanista de Pascoaes, as duas figuras mais carismáticas de cada facção, arrastam o movimento para uma autêntica cisão ideológica e espiritual.

É nesse mesmo ano que Cortesão abandona a clínica rural, em S. João do Campo, regressando ao Porto, onde começa a leccionar no liceu Rodrigues de Freitas, datando de então a notável polémica com Sérgio.

Jaime Cortesão mais do que perfilhar o lusitanismo de Pascoaes, opõe a Sérgio uma concepção distinta de acção cívica e de História: “(...) sem uma larga renovação dos estudos históricos não se renovará também a consciência nacional” e “(...) o novo ideal colectivo deverá mergulhar as suas raízes no passado”².

Numa carta dirigida a António Sérgio, publicada na *Vida Portuguesa* em Outubro de 1913, Cortesão já esboçava uma das suas teses fundamentais, nestes termos: “A mim se me afigura que a fusão de duas populações diferentes, a do norte e a do sul, dando origem a um etnos novo, com sua licença! e o próspero desenvolvimento de Portugal, fizeram com que enfim, um povo uno, original e novo compreendesse a sua missão de gente que habitava a extrema ocidental europeia em frente ao Atlântico”. E, criticando a menor sensibilidade de Sérgio para as questões etnográficas e culturais, como elementos de compreensão histórica, acrescentaria, na mesma carta: “Quanto ao seu ideal lusitano, deixe-me dizer-

¹ Texto de “Prefácio a modo de memórias” in “O Infante Sagres”, Marãnus, Porto, 1960. Citado por Alfredo Ribeiro dos Santos in “Jaime Cortesão, um dos grandes de Portugal”, Fundação Engº António de Almeida, 1993, pg. 61. Esta obra apresenta-se-nos como a melhor e mais recente biografia de Jaime Cortesão, devendo-se-lhe muitos dos dados insertos neste trabalho.

² *Ibidem*, pág. 74.

-lhe que é apoucado, estreito, fraccionário até. O Sérgio resume-se, afinal, a conceder ao português umas botas de coiro áspero e sola cardada. É conveniente, é mesmo indispensável para nós firmarmos bem no chão; mas, que diabo, é pouco. Porque não deixa pensar e sentir largamente e a seu modo?”³

Apesar das críticas sergianas ao “historismo” e “parasitismo” historicista de Cortesão, seria a própria história a dar razão a este último, isto se atendermos à abrangência e à dimensão da obra legada, independentemente do valor paradigmático da publicação, em 1929 da *Breve Interpretação da História da Portugal* de Sérgio.

A polémica continuaria ainda mais acesa, e com mais ressonância pública, entre Pascoaes e Sérgio, cristalizando duas posições irreduzíveis quer nas opções doutrinárias, quer na forma como ambos viam o posicionamento dos intelectuais na história e na sociedade.

Ainda em 1915, participa com Alexandre Braga, na Junta Revolucionária do Porto, um movimento que se opunha ao Governo de Pimenta de Castro, chegando mesmo a ser eleito deputado pelo Porto. O movimento fracassaria e, entretanto chegara a 1ª grande guerra.

Cortesão alistava-se como voluntário, e quer a sua acção como médico quer alguns actos de heroísmo em que arriscou a vida viriam a valer-lhe a Cruz de Guerra.

Este período de afastamento do País, seria decisivo na inflecção da sua vida. O Movimento da Renascença entra numa fase de declínio que coincide com o abandono por Cortesão da direcção da “Vida Portuguesa”, a publicação em que mais transparentemente se exprimia e que mais o vinculava ao movimento.

Em Abril de 1919, regressando a Portugal, é nomeado director da Biblioteca Nacional de Lisboa, uma nomeação proposta por Raul Proença, seu aliado nos esforços por manter alguma união no grupo inicial da Renascença.

O afastamento físico causado pela guerra, parece ter sido acompanhado por um afastamento espiritual, e uma profunda revisão dos objectivos e métodos de trabalho. A partir de então começará a ganhar consistência a obra de historiador de Cortesão. A fase portuense, embora representasse o cadinho de todo o labor

³ “O Parasitismo e o Anti-historismo, carta a António Sérgio”, in *Vida Portuguesa*, Ano I, nº 18, publicada posteriormente por Paulo Samuel, “A Renascença Portuguesa, Perfil Documental”, Fundação Engº António de Almeida, 1990, pág. 148 ss.

futuro, pertencia, de certo modo, já ao passado. Oscar Lopes caracterizou-a exemplarmente ao afirmar: "Até então a veia histórica já, não há dúvida, palpitava na obra editada, mas num estilo de tão romântica fantasia, que talvez ainda ninguém pressentisse o renovador da historiografia pátria em páginas consagradas..." (...). Esse novi-romantismo "...oscila por seu turno entre duas fronteiras opostas e cuja transposição definida significaria o seu próprio aniquilamento. Uma dessas fronteiras dá para uma amálgama de naturalismo, positivismo, confiança na razão científica, exaltação republicana das virtudes da mediania social. A outra dá para a sensibilidade pessimista e decadente, um aristocratismo intelectual nietzchiano, que valoriza a arte pela arte".⁴

Embora concordemos com a descrição destas duas componentes, enquanto arquitraves do pensamento do jovem Cortesão, não nos parece que fossem realmente opostas. Cremos que o mesmo ardor que o aproximava do saudosismo patriótico de Pascoaes, lançava-o também na luta política e compelia-o a rever e reconstituir a História de Portugal, "...do lado do povo", como ele chegara a afirmar nos cursos da Universidade Popular. Embora com aquele "dinamismo heroico" que Fernando Pessoa lhe viria a atribuir, e que faria dele um intelectual e um cidadão notável, bem mais do que um estratega político, para o que necessitaria de virtudes diversas, senão opostas.

Acrescentemos que conjuntamente a estes aspectos existia já no pensamento e na sensibilidade de Cortesão traços de um naturalismo panteísta e de um pacifismo, certamente inspirados em autores como Proudhon, Maeterlink e Toilstoi, que posteriormente viriam a adquirir a fisionomia de um assumido franciscanismo. Curiosamente seria talvez essa a dimensão mais perene do seu pensamento, já que na sua obra histórica sobre os descobrimentos viria a atribuir um papel fundamental à mística franciscana como factor cultural e social dinamizador da epopeia das descobertas.

Reverendo a evolução da sua obra, exigia-se então, de certo modo, o amadurecimento dos ideais fazendo-os passar pelo crivo de uma nova metodologia, que se Cortesão não inventou, foi sem dúvida o primeiro a adaptar e confrontar com a história portuguesa.

Entretanto, a permanência em Lisboa, na Biblioteca Nacional, constituiu ocasião para liderar um novo e fecundo projecto cultural, a Seara Nova, mais uma vez

⁴ in Oscar Lopes, "Jaime Cortesão", ed. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1985, pág. 11-12.

acompanhado por Raul Proença. A eles se juntaram Aquilino Ribeiro, António Sérgio, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo, José de Azeredo Perdigão, Câmara Reys, José Leite Vasconcelos entre outros, e o próprio Pascoaes, que ocasionalmente se deslocava a Lisboa a algumas reuniões do famoso "Grupo da Biblioteca". Jaime Cortesão tal como revela numa carta a Álvaro Pinto estava já longe do ideário do Movimento da Renascença: "o que existe essencialmente entre nós é uma diferença de ideias. Penso, ao contrário de ti, que a missão da Renascença findou. E desde que tu, sua coluna vertebral, não a pudeste continuar a sustentar no mesmo aprumo, não creio que ela possa voltar à actividade antiga. A *Renascença*, nascida antes da guerra, correspondeu a uma época do mundo e a uma idade nossa que passou. Sob o ponto de vista de ideias, que deram a célebre discussão entre Pascoaes e Sérgio, eu hoje pendo para o lado do último. No túmulo cheio de velhos miasmas, que é a Nação, devem entrar lufadas de ar distante e renovador"⁵.

Embora a preocupação central da Seara Nova residisse na intervenção política e cívica, Cortesão começa a publicar os primeiros artigos de história assentes em critérios que revelavam maior proximidade com o racionalismo sergiano, e com um rigor e realismo na descrição dos mecanismos sociais, interpretados como principais agentes da História. Uma perspectiva que era tão cara ao *espírito seareiro*.

No entanto, esta proximidade e afinidade com António Sérgio, embora tivesse sido marcante no percurso de Cortesão, seria uma passagem temporária. O economicismo sergiano pareceria sempre limitativo a quem pretendia ver a História como um todo, reconhecendo mesmo, no outono da sua obra, que chegara à história pela mão da dramaturgia, talvez a forma de arte mais global, e onde todos os meios e agentes são manifestamente interdependentes.

Em Fevereiro de 1927, Jaime Cortesão é novamente uma das principais figuras a planear e participar na Revolução que se procurou opor ao regime nascido do 28 de Maio de 1926. A acção conspirativa nascia mais uma vez no Porto, e, após uma tímida repercussão em Lisboa, os revoltosos, cercados no Quartel da Batalha, foram obrigados a capitular. A Jaime Cortesão restava o caminho do exílio. Um longo exílio que se estendeu por grande parte do período do Estado Novo, e que o levou a terras de Espanha, França, e, mais, demoradamente, do Brasil.

⁵ Alfredo Ribeiro dos Santos, *ibidem*, pág. 118.

Esse exílio que durou, cerca de trinta anos, pois Cortesão só regressa definitivamente a Portugal em 1957, três anos antes da sua morte, acabou por ser o lugar onde escreveu as páginas mais definitivas e universais da sua obra histórica. Um destino irónico para quem desde cedo pugnou pela "portugalidade". Talvez o destino necessário para quem se propôs estudar o Portugal inaugurado nas descobertas, com o rigor que exigia a confrontação das fontes documentais, e segundo métodos interpretativos que as novas escolas europeias iam inaugurando, particularmente a dos *Annales*, que surgira em 1929, pela mão de Lucien Febvre e Marc Bloch. Bem longe dos limitados horizontes do Portugal cultural peninsular da época.

Precisamente a respeito da metodologia ensaiada e dos seus objectivos culturais, Jaime Cortesão viria a afirmar numa das obras mais relevantes, publicada em 1930, *Os Factores Democráticos da Formação de Portugal*⁶: "O método geográfico, a interpretação económica e o ponto de vista sociológico remodelaram nos últimos anos profundamente a História; e historiador algum, "contemporâneo do seu tempo", pode escusar-se de os utilizar. A História Social domina hoje toda a História. E caminhando a par com a geografia humana e a sociologia, sem se confundir com elas, assenta de um lado sobre o económico e, do outro, sobre as variações e as modalidades da distribuição do povoamento humano, ou, na frase de Durkheim, as variações de volume e da densidade dinâmica das sociedades". E, de um modo que faz evocar os ideais já presentes no tempo da *Renascença*, acrescenta: "A primeira lição que a história e a vida nos ensinam é a da transitoriedade dos mitos, dos regimes e dos sistemas. Mas também a capacidade de o homem melhorar as sociedades. Os homens passam e desaparecem; a Humanidade permanece e marcha. E assim fomos levados na interpretação do passado, a formular um juízo mais equilibrado entre a criação colectiva e a das personalidades representativas; entre as solicitações de carácter económico e as influências culturais e religiosas, de cuja conjuntura instável nasce o permanente devir histórico. E quanto mais procuramos as raízes do Português, tanto mais na essência do nacional descobrimos o universal".

A partir de 1952, Cortesão viria frequentemente a Portugal até ao seu regresso definitivo. Nesses últimos anos, marcados pelo reconhecimento de grande parte da intelectualidade portuguesa, e de regresso a alguns dos temas que já explorara,

⁶ "Os Factores Democráticos na Formação de Portugal", ed. Livros Horizonte, 3ª ed., Lisboa, 1978, págs. 273 e 325.

Cortesão revisita o país proferindo um largo número de conferências em muitas casas de cultura sensíveis à linguagem democrática.

O Porto inevitavelmente, e mais uma vez, foi destino privilegiado. Aí falou sobre “Os Portugueses e as Origens do Brasil”, no Ateneu Comercial, em 1952, sobre “O sentido da cultura em Portugal no século XIV”, no Clube dos Fenianos, em 1955, “O Franciscanismo e o Infante D. Henrique”, no salão da Missões Franciscanas, em 1960, “O Infante D. Henrique”, na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto e no Rotary Clube do Porto, em 1960, ano da sua morte.

A presença da cidade do Porto na obra historiográfica de Jaime Cortesão é, talvez, mais discreta do que na sua biografia. A isso não será alheio o facto de grande parte dos seus escritos se centrarem no período dos Descobrimentos, explorando a complexidade histórica do imenso Império que então se desenhava.

Os Factores Democráticos na Formação de Portugal, é a única obra de vulto na qual Cortesão se detem particularmente sobre a cidade do Porto, e o seu significado para a nossa História. Recordemos algumas das suas constatações e ideias mais genuínas:

Em primeiro lugar, na sequência dos trabalhos, então recentes, de Gama Barros e Pedro de Azevedo, a verificação da enorme importância económica e logística dos portos de Leça, Foz e Leixões no século XIV: “Do Porto diremos, já que os documentos não permitem fazer remontar a sua actividade marítima além do reinado de D.Sancho I, mas em breve lapso de tempo progrediu de tal forma que, nos meados do século XIV, era, de todos os portos de Portugal, o que possuía mais numerosa frota mercantil e que, aquando da tomada de Ceuta, quase metade dos navios da expedição, isto é, setenta naus e barcas e muita fustalha, saíram da sua barra”⁷.

Numa outra passagem, Cortesão põe em relevo um facto até aí negligenciado por Herculano, Oliveira Martins, Lúcio de Azevedo e mesmo António Sérgio, que viria a ter importância fundamental nas grandes alterações económicas que propiciaram os Descobrimentos: “No ano de 1377, D. Fernando institui em Lisboa e no Porto duas bolsas, cujo capital é formado por uma percentagem de dois por cento sobre os fretes de todos os navios para cima de cinquenta toneis, ficando os proprietários, desta maneira, a pertencer a uma espécie de companhia de seguros

⁷ “Os Factores Democráticos na Formação de Portugal”, ed. Horizonte, pág. 65.

contra perda de navios, por naufrágios ou qualquer outro incidente, e de mútuo auxílio para acudir aos encargos 'de proveito comum'⁸. Todavia a criação dessa bolsa, diríamos, pré-hanseática, não é mais senão a restituição e actualização da velha Bolsa do Porto, criada por D. João I, "provavelmente em 1293, aparecendo como das primeiras cidades da Europa dotadas de semelhante instituição"⁹. E conclui afirmando que "O Porto é, durante a Idade Média o símbolo perfeito da concordância entre dois fenómenos, (progresso económico e social). Aí pelas vantagens do porto, juntamente fluvial e marítimo, pela posição geográfica que tomara o burgo o entreposto da região mais populosa e rica do País, o comércio marítimo tomou tão rápido incremento, que em 1361 os representantes do concelho se ufanavam de haver ali mais navios que em todo o restante Reino"¹⁰.

Num outro trecho, Cortesão define de modo inédito as raízes do liberalismo burguês portuense, ao sublinhar a importância histórica das lutas entre alguma burguesia portuense e o bispo Martinho Rodrigues, em 1208. Tomando como referência as primeiras lutas populares em Coimbra, em 1111, ainda no tempo de D. Henrique, acrescenta: "Só quase um século volvido, o que está de acordo com a cronologia da evolução económica, o povo do Porto dá mostras de uma vitalidade semelhante. Em 1208, João Alvo e Pedro Feido-Tirou, burgueses portuenses, comandam contra o bispo Martinho Rodrigues a primeira das revoltas que vão fazer desse burgo o mais activo baluarte das liberdades populares em todo o transcurso da história portuguesa. Mas aqui essa luta contra os bispos, senhores do burgo, assume, pela indomável constância e resistência do povo que se obstinou durante mais de século e meio em combater pelas suas liberdades, o carácter de uma epopeia popular"¹¹.

Por fim, num texto que viria a ser publicado cerca de 30 anos depois, (...) Cortesão retoma o tema da autonomia e importância histórica da burguesia portuense anterior à revolução de 1389, referindo-se a mais um facto paradigmático:

"Um dos actos de maior alcance político na história portuguesa, o primeiro tratado de comércio com a Grã-Bretanha, assinado em Outubro de 1353, oferece a eloquente particularidade de se haver celebrado, não entre os soberanos dos dois países, mas entre Eduardo III, duma parte, e da outra, Afonso Martins Alho,

⁸ ibidem, pág. 115.

⁹ ibidem, pág. 117.

¹⁰ ibidem, pág. 119.

¹¹ ibidem, pág. 99.

mercador do Porto. O convénio cita expressamente como fazendo parte das pessoas e entidades representadas pelo segundo, além de mercadores, os marinheiros, os pescadores e as comunidades marítimas portuguesas¹².

Utilizando uma expressão de António Sérgio, não será difícil vislumbrar o fio invisível unindo todos estes factos.

Em primeiro lugar, e como foi referido por Vitorino Magalhães Godinho,¹³ Jaime Cortesão foi o primeiro historiador a por em relevo os ritmos económicos e sociais de Portugal até ao ocaso do século XV, nomeadamente no que diz respeito ao papel de motor que coube à burguesia, afinal, a grande impulsionadora dos Descobrimentos.

Por outro lado, a burguesia portuense desempenhou, nesse processo um papel pioneiro e qualitativamente determinante, querendo isto dizer, que a burguesia portuense esteve sempre na primeira linha dos factos históricos que mais influenciavam a globalidade da sociedade portuguesa, durante esse período.

Finalmente, esse grande dinamismo social esteve acompanhado, desde o início, de um forte espírito de autonomia face ao poder central e de um liberalismo face aos poderes que poderiam ser mais paralisantes do progresso social e económico.

Numa obra publicada perto do fim de sua vida, Jaime Cortesão complementarà estas ideias com uma interpretação daquilo que nós poderíamos apelidar a fisionomia cultural elementar da cidade do Porto. Um texto que, muito de acordo com a sua visão da História como uma arte global, acrescenta à compreensão dos mecanismos socio-económicos, uma síntese onde os elementos antropológicos e culturais fundamentais são descritos em perfeita complementaridade:

“Um eminente historiador de arte em Portugal, disse que o Porto é essencialmente barroco. (...) Se entendermos na essência do barroco, um estilo artificialoso e teatral do absolutismo e da contra-reforma, o qualificativo é eminentemente impróprio.

Visto em substância própria e histórica, o Porto é românico, franciscano e democrático. Nos cais, arcarias e ruelas da Ribeira e de Miragaia ou nas ásperas congostas que trepam até à Sé e à Cordoaria, respira-se e palpa-se a Idade Média. E até o templo mais representativo do barroco nacional, S. Bento, com seus retábulos de arquivolta românica e colunas recobertas de pâmpanos e uvas, des-

¹² “Portugal, a Terra e o Homem”, ed. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1960, pág. 56.

¹³ “A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa”, ed. Arcádia, 2ª ed., Lisboa, 1975, pág. 109.

tacando sobre as altas e grises muralhas de granito, permanece fiel ao carácter sobrio e duro e ao ambiente regional do Porto. E tanto quanto o burgo medieval e românico se filia no comércio marítimo, a cidade barroca coincide com a sua fase económica do vinho do Porto, na segunda metade de seiscentos.

Graças ao Porto, o povo português teve coluna vertebral; e ainda hoje possui um ideal de livre cidadania, ou seja, de homem de vergonha na cara, lisura nas costas, austeridade na conduta e fidelidade activa a todos os deveres e direitos, que condicionam a plena liberdade no trabalho”¹⁴.

Não deixa de ser interessante e significativo, que a parte final do texto, em forma de panegírico, quase pareça um auto retrato do perfil intelectual e cívico de Cortesão. E talvez esta identidade justifique que, qual ironia da história, o município do Porto tenha sido o único em Portugal a prestar-lhe particular homenagem póstuma, em 1985.

Hoje os tempos serão bem diferentes, e os valores exaltados por Cortesão vão-se diluindo na vertigem dos ritmos e solicitações da sociedade de consumo.

Mesmo assim, um Porto orgulhoso da sua identidade, mas sobretudo aberto à diferença, à pluralidade e ao diálogo intercultural, será um dos melhores sucedâneos do humanismo universalista e tolerante de Jaime Cortesão.

¹⁴ “Potugal, a Terra e o Homem”, pág. 14.